

**A IDENTIDADE E O PERTENCIMENTO
NA FORMAÇÃO DA LINGUAGEM
NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS DE ARRAIAL DO CABO,
DA REGIÃO DOS LAGOS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Manuela Chagas Manhães (UENF e UNESA)

manuelacmanhaes@hotmail.com

[Júlio Ramos Esteves](#) (UENF)

julioesteves46@yahoo.com.br

RESUMO

O trabalho analisa como as identidades são construídas por meio da herança cultural intermediada pela narrativa, em um processo permanente de transmissão cultural e de participação dos indivíduos nas atividades cotidianas de extração marinha da Região dos Lagos no estado do Rio de Janeiro. Com destaque das atividades, tais como pesca da anchova, da lula, do camarão e extração de mariscos como meio de fortalecimento da identidade social. Para melhor compreensão fundamenta-se a partir de três eixos norteadores: (1) identidade cultural, memória coletiva e pertencimento; (2) como as relações simbólicas geradas nas relações objetivas entre pescador e peixe/lula/camarão ou extrator e marisco favorece ou não a reprodução da identidade social, e, por último, (3) narrativa e história oral como meio de socialização e resgate da identidade dos membros da comunidade. Assim o objetivo é analisar a identidade como processo, a percepção da realidade cultural, a transmissão de modos apreendidos, as relações simbólicas intermediadas pela narrativa e principalmente a valorização cultural além de nortear a importância da autoidentificação para que haja reconhecimento desta comunidade como comunidade tradicional.

Palavras-chave:

Comunidade pesqueira. Narrativa. História oral. Identidade sociocultural.

1. Introdução

Este presente artigo busca entender como as comunidades pesqueiras artesanais que habitam áreas litorâneas da Região dos Lagos, mais especificamente, Arraial do Cabo, constituem sua identidade cultural e assim o fortalecimento do sentimento de pertencimento através da autoidentificação intermediada pela construção da narrativa que favorece a ação comunicativa e o reconhecimento recíproco entre os membros da comunidade, permitindo que haja memória coletiva.

Além disso, esse presente trabalho é resultado de uma pesquisa que está em andamento no doutoramento. Dessa forma, buscamos a compreensão do modo de vida desse povo do mar, o que nos permite tra-

zer à luz da razão como essa comunidade vem enfrentado as adversidades e transformações ocasionadas pela globalização e seu dinamismo econômico e todas as suas consequências que provocam na vida social mudanças rápidas tanto no meio ambiente quanto nas atividades vistas como tradicionais assim como nas suas identidades. A destruição de espaços costeiros, o turismo desordenado e a própria dificuldade enfrentada no cotidiano têm levado a esta comunidade o seu afastamento desta atividade socioeconômica, o que nos leva a crer na existência de problemáticas estruturais em suas vidas em suas formas de organizações e a presença de conflitos sociais pela sobrevivência que passam a ser corriqueiros diante das novas realidades que estão imersos.

Trata-se de um estudo calcado na compreensão da cultura como instrumental de significação e partindo do pressuposto que toda realidade é visualizada através de representações compartilhada pela constituição de sua narrativa que traz um movimento de resistência e sobrevivência. Distanciando-se de uma concepção elitista de cultura, associada à acumulação de conhecimentos, à uniformidade de padrões transmitidos e à racionalidade individualista. Busca-se se aproximar da identidade como processo, da percepção da realidade cultural, de como se dá a transmissão de modos apreendidos, as relações simbólicas e principalmente a valorização cultural. E assim, estabelecer a relação entre a construção da identidade individual e o pertencimento aos diferentes grupos, especialmente aos grupos sociais que vivem e dependem da interação com a natureza, no caso específico, as comunidades de pescas artesanais do município de Arraial do Cabo (RJ), localizado na Região dos Lagos.

Para isso entendemos que autoidentificação nestas comunidades é um fator primário para que sejam consideradas legítimas na sociedade brasileira. Esta autoidentificação seria um primeiro passo junto ao Ministério da Cultura para seu reconhecimento como comunidade tradicional. Para isto se torna elemento integrador a linguagem: as suas narrativas como instrumento socializador para o seu modo de vida que traz a pesca artesanal como estruturante assim como inúmeros universos simbólicos. Ou seja, a pesca como atividade socioeconômica, passada de geração e geração através da história oral assim como seus aspectos simbólicos, ritualísticos, seus costumes e tradições, de uma maneira geral suas expressões culturais estariam entrelaçados e dariam um sentido maior para esta comunidade formando a sua identidade e, consequentemente, o sentimento de pertencimento entre os membros da comunidade tornando efetivo o princípio de horizontalidade.

2. *Fundamentação teórica*

Sabemos que para que seja vista como comunidade tradicional pesqueira e ter como pleitear seu reconhecimento é, antes de mais nada, importante a sua autodefinição, entender o sentido de comunidade tradicional pesqueira que se faz viva na ação comunicativa, e, que traz consigo uma questão fundamental a sua atividade socioeconômica e sua construção sociocultural. Em outras palavras, os atores sociais estão imersos em seus grupos, e para que exista um movimento endógeno, é de suma importância o reconhecimento recíproco (HONNETH, 2009), por isso, a comunidade tradicional pesqueira, utilizando como instrumento de comunicação e formação desse indivíduo, a narrativa, permite que haja identificação em si mesma, dando sentido a sua significação e sua representação no meio social, compostas, dessa forma, pela ação comunicativa na qual traz como fio condutor o reconhecimento social entre eles.

Ou seja, sabemos que além das questões simbólicas, refletidas no cotidiano desse segmento social que passa por processos de exclusão social, temos, na atualidade, diferentes enfrentamentos e dificuldades que percorrem o desafio para efetivação do reconhecimento destas comunidades tradicionais e que refaçam, ressignifiquem a história da sociedade brasileira democrática, garantindo a cidadania a partir da equidade social e da preservação das particularidades históricas da comunidade pesqueira cabista e, ainda, a memória coletiva baseada no que nos compõe: a diversidade cultural (GUIDDENS, 2002). Por isso que neste cenário atual é de extrema relevância pensarmos sobre essa comunidade tradicional (BAUMAN, 2003), sobre a constituição de suas narrativas e suas expressões formadas e formadoras da memória coletiva e de seu patrimônio histórico cultural e ainda das questões que emergem nos e dos conceitos de diversidade cultural, identidade cultural, e que são, consequentemente, traduzidas em seus discursos, na maneira que compõem as formas narrativas em seu cotidiano, reconhecida pelos e entre seus pares contribuindo para a fortalecimento do sentimento de pertencimento.

3. *A identidade cultural e o sentimento de pertencimento: elos integradores entre os sujeitos sociais*

O sujeito social pós-moderno tem a marca de não ter uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma celebração móvel: a qual é formada e transformada constantemente em relação a um padrão definido nos sistemas sociais e culturais que nos rodeia e que

existe antes de pensarmos nascer. Ou seja, são sistemas definidos historicamente. Isso significa dizer que assumimos identidades distintas em distintos momentos.

Então, podemos observar a importância social da formação da identidade. É a identidade que diferencia os indivíduos, o que caracteriza como sujeito social, pessoa, ou como um grupo social. Ela é definida pelos conjuntos de atribuições de papéis sociais que todos nós desempenhamos em nosso dia-a-dia e, é determinada pelas condições sociais que são decorrentes da produção socioeconômica, pelos nossos ideais, comportamentos e formações. Neste aspecto, estamos identificando um sistema antropológico-cultural⁸ que irá fomentar uma formação de identidades culturais, especificamente, na sociedade brasileira de acordo com sua história, com seus símbolos e toda uma gama de variáveis que influenciam e se tornam formadoras de membros de grupos sociais, de comunidades, entre elas, as comunidades pesqueiras artesanais.

Isso significa dizer que, quando nos referimos, no caso, à identidade cultural, referimo-nos ao sentimento de pertencimento a uma cultura nacional e específica que esta em nosso meio, que convivemos e absorvemos ao longo de nossas vidas. A cultura nacional é composta não apenas de instituições nacionais, mas também de símbolos e representações que iremos nos deparar em todos os momentos de nossas vidas. Por isso, é importante salientar que esta identidade não é uma identidade natural, biologicamente passada, mas sim, uma identidade constituída, ou melhor, uma diversidade de identidades construídas. Stuart Hall (2005, p. 15), nesse âmbito, diz que uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza ações, quanto à concepção que temos de nós mesmos.

Logo, para ser vista como comunidade tradicional e ter como pleitear seu reconhecimento social é importante a sua autodefinição, entender o sentido de comunidade tradicional pesqueira em suas distintas regiões, mas que trazem consigo uma questão fundamental a sua atividade socioeconômica, as suas narrativas e, desse modo a sua construção sociocultural, ou seja, o patrimônio cultural. Identificar-se em si mesma, dando sentido a sua significação e sua representação no meio social. Por isso ao levantarmos e entendermos suas expressões, mapeá-las traz o valor simbólico de seus significados históricos, sociológicos, antropológicos e filosóficos neste contexto de retalhos que vem sendo massacrado pe-

⁸ Termo utilizado por Edgar Morin, em seu livro *Cultura de Massa XX*, vol. II: Necrose (2001)

las problemáticas provocadas pela própria globalização possibilitando trazer e fortalecer a memória coletiva. É necessário dar voz a este segmento social para que possamos falar pensar na preservação de suas inúmeras histórias narradas, cantadas, desenhadas e pintadas, seus trabalhos artesanais que mediam o estar no mundo, seu modo de vida cultural e econômico que compõem a sua identidade enquanto comunidade, presente na trama do tecido social baseada na diversidade da sociedade brasileira.

Para Stuart Hall (2005) a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é representado e de acordo com o contexto social em que está inserido. Isso nos leva a pensar que a formação da identidade está diretamente relacionada ao contexto sociocultural e, consequentemente, está imersa em valores, regras, sanções, condutas, diferenças e divergências. Assim, a noção de um sujeito tendo uma identidade unificada e estável é superada. Esta, por sua vez, passa a ser definida historicamente e com particularidades.

Esse fenômeno de descentramento ou deslocamento tem características positivas. De acordo com Stuart Hall (2005) tal fenômeno desarticula as identidades estáveis do passado, abrindo possibilidades para que novas identidades sejam criadas; produz os novos sujeitos, no entanto, não mais como identidades fixas e estáveis. Novos sujeitos fragmentados, com identidades abertas, paradoxais, sempre em processo, assim como a própria história desses sujeitos. Na verdade, é uma concepção lacaniana, ou seja, é a formação do sujeito em relação aos outros. É uma concepção do eu interativo, do espelho. É uma noção de sujeito que surge à medida que as sociedades modernas se tornam mais complexa e adquirem uma forma mais coletiva e social. Essa visão entende que a identidade dos sujeitos é formada na interação entre o indivíduo, a sociedade e suas manifestações, constituindo o princípio de pertencimento num grupo determinado, específico, em nosso caso, a comunidade pesqueira em Arraial do Cabo.

Entretanto, Peter L. Beger e Thomas Luckmann (1985, p. 228) salientam que a identidade é um elemento chave da realidade social subjetiva também, e como toda realidade subjetiva esta numa relação dialética com a sociedade. A identidade é formada através de processos sociais. Uma vez formada, é mantida, modificada ou tem uma nova remodelagem provocada pelas relações sociais. Assim, Peter L. Beger e Thomas Luckmann (1985, p. 230) afirmam que "A identidade é um fenômeno que deriva da dialética entre um indivíduo e a sociedade. Os tipos de identi-

dade, por outro lado, são produtos sociais *tout court*, elementos relativamente estáveis da realidade social objetiva".

Concordamos com Rawls (in ESTEVES), que há o estabelecimento do sentimento do respeito próprio, quando o sujeito social está imerso em alguma pequena associação ou grupo, no interior dos quais as atividades que são valiosas para elas sejam publicamente reconhecidas pelas outras pertencentes ao mesmo grupo ou associação. Isso significa dizer que um dos aspectos mais relevante para se criar este sentimento de pertencimento a uma associação ou grupo ou comunidade é o aspecto cultural, e assim, a base da constituição de sua identidade cultural.

Desse modo, é perceptível que a identidade do sujeito social seja consideravelmente delineada, no sentido de representar a realidade objetiva na qual está localizado (HALL, 2005). Em outras palavras: cada pessoa é mais ou menos aquilo que se supõe que seja, quando consideramos a condição da socialização que produziu tal identidade. Por isso, entendemos como a identidade, uma das questões fundamentais que, norteia as ações sociais, sua organização e manifestação no espaço público democrático, assim como a formação dos indivíduos pertencentes a grupos sociais específicos, ou seja, estes indivíduos são socializados para viver em um grupo determinado internalizando valores, costumes, ritos, regras, expressões culturais: tudo aquilo que permite que o identifique. É um sujeito social definido pela cultura e pelo grupo a que é membro, se identificando com seus pares pelo sentimento de pertencimento, favorecendo a existência e a perpetuação do grupo em si fortalecendo não só a sua historicidade, mas sua relação direta com a sociedade e a realidade social que está inserida buscando mediar novas reivindicações e processos sociais no espaço público e seu reconhecimento social.

No Brasil, ao longo de sua história, poderíamos levantar diferentes fatos que demonstram a existência destas dualidades antes mesmos de falarmos no sistema democrático. Mas o que interessa para nós é pensar sob o aspecto territorial e a constituição de comunidades tradicionais que ainda hoje, no século XXI, está à deriva do ideal democrático seja pelas injustiças sócio econômicas ou pelo não reconhecimento enquanto comunidades tradicionais que estruturaram e estruturam o território e a cultura brasileira.

A constituição dos atores sociais – em nosso caso as comunidades tradicionais pesqueiras – envolvidos em seus ambientes naturais, tem uma relação direta com suas atividades que são fontes de renda, repre-

senta modos de vida, condições materiais e imateriais construídos, perdidos e vivenciados pelos grupos que tendem a uniformizar valores, costumes, rituais, e formando, consequentemente, sua identidade cultural. Tal identidade torna-se fator integrante entre os sujeitos sociais e favorecem para que haja a manutenção do sentido de comunidade, como dito anteriormente, das comunidades pesqueiras artesanais em Arraial do Cabo, no estado do Rio de Janeiro.

É deste modo que é de fundamental importância contextualizar e redescobrir os resquícios deste patrimônio cultural material e imaterial, para que possamos refletir e resgatá-los e, assim, trazê-los à luz da comunidade e da sociedade, de uma maneira mais ampla, o que pode favorecer sua autoidentificação e identificação social enquanto grupo organizado coletivamente, preservando não só sua história, sua memória, mas também, estimulando o enriquecimento de tal comunidade no que tange o seu sentido, a sua representação de classe para si, partindo do pressuposto, que a coletividade quando se constitui através de sua história, de sua cultura passa a ter um viés superestrutural traduzido nos laços de pertencimento o que, provoca o reconhecimento e quando organizado e reconhecido, fortalece o grupo em si mesmo na trama social.

Concordamos com Henri Acselrad (1992, p. 89):

Lutando contra sua remoção ou fixação compulsória, ou contra a inviabilização de sua permanência em territórios fundamentais à sua identidade, tais grupos procuram assegurar seus direitos a pastagens, florestas, recursos hídricos, caça, coleta, pesca e agricultura. Com construções identitárias que traduzem os efeitos de ação do Estado (...) ou inserção mais permanente em conflitos abertos (...), as denominações de uso local e imediato se politizam por intermédio de propostas, formas organizativas, meios de mobilização e luta, generalizando o localismo das reivindicações e forçando o Estado a uma negociação global baseada em princípios gerais que orientam as políticas públicas.

Neste ponto refletimos sobre a relação direta que existe entre os patrimônios culturais e os sujeitos sociais, os sujeitos sociais e a sua realidade sociocultural econômica, ou seja, o sujeito social e o seu ambiente e suas construções, o seu modo de vida intermediado pela narrativa que é socializadora, buscando, então, sobreviver às adversidades do nosso tempo e mobilizar-se, se torna eixo norteador a formação da identidade cultural para que possibilite integrar os membros constituindo entre os pares o reconhecimento recíproco e seu sentimento de pertencimento.

4. Memória social, linguagem e especificidades: a herança cultural e a ação comunicativa na socialização

Partindo de Peter L. Beger e Thomas Luckmann (1985), sabemos que a linguagem usada na vida cotidiana nos fornece as objetivações que serão repletas de sentido dentro de uma ordem determinada pelo modo de vida, pela vida social de uma maneira geral. Logo, a linguagem ganha significação por aquele que a vivencia, determinada por um lugar geograficamente definido, usa instrumentos e vive dentro de uma teia de relações sociais. Em outras palavras, “a linguagem marca as coordenadas de minha vida na sociedade e enche esta vida de objetos dotados de significação”. (BEGER & LUCKMAN, 1985, p. 39)

Tais autores afirmam que a significação dada aos elementos fornecidos pela linguagem para obtenha sentido e representação passa pela intersubjetividade, numa relação composto entre os membros de um grupo, de uma comunidade, essa intersubjetividade acaba fomentando a diferenciação entre os diversos grupos que compõem a sociedade de maneira ampla, pois compõe a realidade social vivenciada pela formação de uma consciência de si e do outro. Isso significa dizer que há uma correspondência entre os diversos significados nesse mundo da vida cotidiana, que são partilhados, são comuns e, por isso, são apreendidos. A linguagem, então, é intermediadora, devido a sua capacidade de comunicar significados e objetos. Ou seja, a realidade da vida cotidiana é admitida como sendo a realidade (BEGER & LUCKMAN, 1985, p. 40). Nesse aspecto, concordamos com Peter L. Beger e Thomas Luckmann (1985, p. 43):

A linguagem comum de que disponho para a objetivação de minhas experiências funda-se na vida cotidiana e conserva-se sempre apontando para ela, mesmo quando a emprego para interpretar experiências em campos delimitados de significação.

Ao constataremos o papel integrador que a linguagem faz e favorece entre os interlocutores, entendemos que é através da linguagem que temos um grande acervo de um grande conjunto de sedimentações coletivas que são adquiridas e que podem ser reinventadas e reinterpretadas diante das nuances vivenciadas pelo grupo, assim como pela própria dinâmica social. O fato é que pela ação comunicativa o processo de socialização é praticado, tanto a primária quanto a secundária, formando o indivíduo a partir dessas sedimentações coletivas, construídas historicamente, e que, na verdade, são passadas de geração para geração, tendo a interiorização da realidade social e formação de sua memória coletiva

perceptíveis as interações da vida cotidiana, mas, que pode ganhar novos sentidos, significações. Segundo Peter L. Berger e Thomas Luckmann (1985, p. 173):

(...) o indivíduo não nasce membro de uma sociedade. Nasce com a predisposição para a sociabilidade e torna-se membro da sociedade. Por conseguinte, na vida de cada indivíduo existe uma sequência temporal no curso da qual é induzido a tomar parte na dialética da sociedade. O ponto inicial deste processo é a interiorização, a saber a apreensão ou interpretação imediata de um acontecimento objetivo como dotado de sentido, isto é, como manifestação de processos subjetivos de outrem, que desta maneira torna-se subjetivamente significativo para mim (...) Sem dúvida, este assumir em si mesmo constitui em certo sentido um processo original para cada organismo humano e o mundo, uma vez assumido pode ser modificado de maneira criadora ou (menos provavelmente) até recriado. Em qualquer caso, na forma complexa de interiorização, não somente compreendo os processos subjetivos momentâneos do outro mas compreendo o mundo em que vive e esse mundo torna-se meu próprio.

Quando estabelecemos a relação da memória com o processo socializador, temos a narrativa sendo utilizada como grande instrumento para que haja entre os membros do grupo, da comunidade uma integração através de suas lembranças, de seus recortes, de suas vivências que podem ser ressignificadas. Logo, percebemos a memória com um papel catalisador entre os indivíduos.

É nesse contexto que buscamos compreender a origem da palavra memória, que está associada à deusa *Mnemosine*. Essa deusa, conhecida como musa inspiradora e protetora das Artes e da História estaria no caminho dos homens por permitir que ele se comunique uns com os outros, assim como tenha a recordação dando sentido a sua existência entre seus pares. (LE GOFF, 2000, p. 21-44)

Em outras palavras, quando entendemos a palavra memória, estamos afirmando que a memória permite o ordenamento do mundo antes de existirmos, ela permite que a vida coletiva seja organizada, garantindo os modos de vida através de lembranças, vivências e compartilhamento de valores, rituais, tradições, em suma, especificidades dos diferentes grupos sociais que em todos instantes podem sofrer ressignificações e reinterpretações mediante a dinâmica social estabelecida na narrativa e autonarrativa que trazem tais recordações formadoras da memória coletiva.

Segundo Ecléa Bosi (1994, p. 55):

[...] na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, "tal como foi", e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista.

Como Peter L. Berger e Thomas Luckmann (1985) afirmam, a construção social da realidade se deve a formação do indivíduo no meio em que vive favorecido pela objetividade do que é transmitido e subjetividade pela interpretação. É fato a influência sobre o indivíduo pelas instituições sociais como a família, a religião, a organização da vida social, econômica e política, além de aspectos da própria vida cultural. A constituição da memória coletiva via a narrativa torna-se, assim, vivenciada pelos membros da comunidade, permitindo que haja um primeiro reconhecimento entre eles, o que pode ser percebido com a existência do sentimento de pertencimento, e, por mais, que haja diferentes formas de interpretar e representar a própria memória individualmente, temos pontos de interseções que traduzem a identidade cultural do próprio grupo, refletida entre os pares no seu cotidiano.

Isso não significa dizer que a memória não sofra alterações, é justamente ao contrário. Maurice Halbwachs (1990) no diz que a memória não permanece inalterada, na verdade, a memória, não reproduz de forma simétrica a imagem do que foi vivido, do passado, assim na verdade, a memória é uma reconstituição, uma reprodução sobre o viés de pontos de vista. Dessa forma, a memória coletiva se faz a partir da interseção dos sujeitos sociais que se relacionam uns com os outros, dando, então, sentido ao passado existente no consciente e inconsciente dos indivíduos e a sua relação com o presente.

É nesse aspecto que percebemos a importância da memória coletiva para a construção da realidade social, da realidade vivenciada na dinâmica social por cada sujeito social. Seriam versões contadas, interpretadas e que são de suma relevância para que os sujeitos sociais possam garantir a existência do grupo assim como de seu modo de vida e suas redefinições mediante as novas urgências, desafios, experimentações, dificuldades e necessidades sociais.

5. *Comunidade tradicional pesqueira cabista: alguns elementos da narrativa e o patrimônio histórico cultural imaterial em Arraial do Cabo*

Dentro da perspectiva do interacionismo simbólico, na qual os indivíduos atribuem significado simbólico aos objetos sociais, que incluem as pessoas com quem se interagem socialmente. Os alunos passaram a fazer uso do self que corresponde às ideias e sentimentos que os indivíduos têm de si mesmos, produzindo um texto biográfico no qual destacaram os principais fatos de sua vida e de sua família com a seleção de fatos e situações sociais simultâneos a períodos de sua vida. O interessante é que passaram a se caracterizar a partir de uma distinção básica entre dois tipos sociais de Arraial do Cabo, o nato, chamado de cabista e o migrante, chamado de caringô. E mais o bifó é o esperto, é o que dá golpe em todo mundo, é o malandro. O cabista nato, independente de ser pescador ou não, recebeu o apelido de xaréu dos natos da cidade de Cabo Frio. Como o xaréu é um peixe considerado de terceira, tal apelido não passa de uma provocação do pessoal de Cabo Frio, que no passado ouvia como retaliação dos cabistas que é melhor ser um xaréu do que ser um carapicu ou um camarão do esgoto que desemboca na Lagoa de Araruama. Porém, nos dias de hoje, parece que ninguém mais se ofende ao ser chamado de xaréu, e a identificação com o peixe foi assumida a ponto de qualquer cabista nato dizer dos cabistas de um modo geral, que todos nós somos xaréu.

Assim, ser um xaréu é ser de Arraial do Cabo em oposição a ser um camarão, ou seja, um nato de Cabo de Frio. Provocações não faltam quando se trata de comparar peixes com pessoas, levando em consideração que no local existe uma escala de qualidade para o pescado que valoriza primeiramente os peixes de carne branca de fundo, ou de toca, do tipo badejo, garoupa e xerne, que só são pescados de linha ou de mergulho; seguidos por peixes de carne branca, pescados de rede, do tipo anchova e cavala, e depois, em terceiro lugar, por peixes de carne vermelha.

Neste aspecto foi possível estabelecer a relação entre a construção da identidade individual e o pertencimento aos diferentes grupos e instituições sociais a luta pelo direito de ser pescador e de participar dos festivais de recursos marinhos que ocorrem na região. Como exemplos, temos ao longo dos diferentes festivais gastronômicos realizados pela e para as comunidades tradicionais de pescas artesanais de diferentes tipos.

São rituais que trazem a sua memória coletiva e fomentada pela sua historicidade compartilhada pelos membros dessa comunidade tradicional pesqueira. Assim, temos o festival de lula na Praia Grande, em Arraial do Cabo, festival do marisco na praia do Perú, em Cabo Frio, e festival de camarão na praia do Siqueira, também em Cabo Frio, são festas que foram criadas em um ambiente de celebração da fartura, mobilizam as famílias dos pescadores e demais moradores, cada uma responsável por uma barraca, como também estimulam a criatividade dos cozinheiros no preparo das iguarias conforme as mais variadas receitas, em um rito que, ano a ano, vem reunindo mais adeptos e incentiva o turismo na região em épocas de baixa temporada. Ocorrem, em geral, respectivamente em março, abril e julho. Para participar tem que ser identificado como pescador e/ou extrator tradicional, demonstrando como a identidade de pescador ou maricultor é um mecanismo de articulação política, social e econômica.

O fato é que ao buscar entender o processo de construção do pertencimento e enraizamento do indivíduo nos grupos sociais refletimos sobre suas narrativas e os processos sociais em busca de direitos a partir dos modos de vida, de sua memória coletiva que podem gerar o sentimento de pertencimento grupais e institucionais. Para isso, é de suma importante manter a nossa pesquisa para que possamos analisar as relações simbólicas geradas da interação entre natureza e pessoas, além de entender a identidade social como processo de articulação política e social a partir da constatação da comunidade pesqueira como uma comunidade tradicional do território brasileiro, podendo então refletir e contextualizar o sentido real de justiça ambiental e social para este segmento da sociedade brasileira.

6. Conclusão

O estudo da história local, especialmente a partir de relatos orais, possibilitou verificar a identidade como processo, a percepção da realidade cultural, a transmissão dos modos apreendidos, as relações simbólicas e principalmente a valorização cultural em que notamos uma linguagem específica com atribuição de valores e sentidos.

Assim, estabeleceu-se a relação entre a construção da identidade individual e o pertencimento aos diferentes grupos e instituições sociais com a luta pelo direito de ser considerada uma comunidade tradicional que tenha a legitimidade territorial a justiça ambiental e social e se manter dignamente na região, se maneira que é perceptível sua forma de or-

ganização entre os membros envolvidos: o trabalho com a pesca, sendo considerados como um dos povos do mar.

Visualiza-se como as relações simbólicas geradas nas relações objetivas entre moradores e suas atividades ligadas ao mar, podem ser vistos como forma de mobilização em torno de um processo de afirmação identitária em que se constrói um o sentido de identidade que tenta, ainda que a sociedade faça um processo de exclusão, sua legitimação mediante a necessidade de pertencimento para com seus pares, o que permeia a comunidade de pesca artesanal no município de Arraial do Cabo, tentando resistir às adversidades encontradas em seus cotidianos, formando seus bens culturais ao longo da história da sociedade brasileira tendo como base no processo socializador a sua narrativa repleta de símbolos, representações e significações.

Ainda temos muito o que levantar das expressões e manifestações culturais deste povo do mar cabista, de uma maneira geral, do patrimônio cultural desta comunidade tradicional de nosso território brasileiro. Temos muito que entender sobre as variáveis encontradas ainda em sua narrativa, em sua historicidade, temos que desvendar suas particularidades e multiplicidades que garantem suas histórias e memórias e o seu sentimento de pertencimento. O fato é que nossa história é um complexo mosaico de culturas e povos que transitam na nossa sociedade e enfrentam, no dia-a-dia, verdadeiros dilemas para que possam ser vistos e reconhecidos como parte integral da sociedade brasileira e são os aspectos culturais que podem promover sua autoidentificação e, conseqüentemente, o reconhecimento recíproco entre os pares, o que é de suma relevância no contexto da justiça ambiental e social, em nosso caso, para comunidade pesqueira em Arraial do Cabo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. Cidadania e meio ambiente. In: _____. (Org.). *Meio ambiente e democracia*. Rio de Janeiro: IBASE, 1992.

_____. Políticas ambientais e construção democrática. In: _____. (Org.). *Meio ambiente e democracia*. Rio de Janeiro: IBASE, 1992.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BEGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*: tratado de sociologia do conhecimento. Trad.: Floriano de Souza Fernandes. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação*: economia, sociedade e cultura, vol. I. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DIEGUES, Antônio Carlos; ARRUDA, Rinaldo Sergio Vieira. *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. São Paulo: COBLO, NUPAUB, 2000.

ESTEVES, Júlio Ramos. *Justiça ambiental*: o problema de distribuição de custos e benefícios da exploração do petróleo para as comunidades pesqueiras da bacia de Campos. [No prelo].

GUIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento*. São Paulo: Editora 34, 2009.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*, vol. II. Lisboa: Edições 70, 2000.

LITTLE, Paul Elliott. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil*: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia, nº 322. Brasília: Departamento de Antropologia/UnB, 2002.

MELLUCI, Alberto. *A invenção do presente*. Petrópolis: Vozes, 1991.

PRADO, Simone Moutinho. *Da anchova ao salário mínimo*: uma etnografia sobre injunções de mudança social em Arraial do Cabo/RJ. Niterói: Eduff, 2002.

_____; SILVA, Edson Pereira. *Meio ambiente e identidade social: uma perspectiva interdisciplinar*. Relatório final – CNPq Mais, 2003.

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. Trad.: Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2000.